

## Os preocupantes números da crise econômica.

*Paulo Timm – Especial A FOLHA, Torres RS, Julho 31*

Eis, segundo o insuspeito Delfim Neto, um dos mais brilhantes profissionais da Economia no país, czar da Política Econômica no regime militar e conceituado consultor dos governos da era lulista, em recente artigo publicado na Folha de São Paulo, os números da economia brasileira no ano passado:

***“O ano 2014 foi horrível. Nele prevaleceu a "vontade" da reeleição a qualquer custo. Ela era necessária para fechar o ciclo de uma geração de domínio do Partido dos Trabalhadores, do qual emergiria, definitivamente, o "nosso Brasil", como diz o seu presidente. A "vontade política" preteriu, assim, as mínimas condições impostas pelas restrições físicas que mantêm um razoável equilíbrio econômico. Tivemos: um deficit fiscal de 6,2% do PIB (contra 3,1% em 2013); uma taxa de inflação de 6,4%, mas que escondeu os efeitos de preços controlados da ordem de 3% a 4%; a relação Dívida Bruta/ PIB aumentou em 6% do PIB; um deficit em conta corrente de US\$ 104 bilhões (4,4% do PIB) e, por fim, uma queda de 0,7% do PIB per capita.”***

A tragédia de 2014 foi notória e o debate está no ar. Tomemos apenas a questão do endividamento público, nem sempre devidamente esclarecida, desde que Lula proclamou o fim da dívida externa .

Nesta semana o Tesouro Nacional divulgou os números da Dívida Federal, a qual vem crescendo perigosamente em decorrência do descontrole das contas públicas e do alto custo dos juros. Tudo alarmante! Mais ainda, diante do novo aumento dos juros SELIC, base para o pagamento dos títulos públicos, ontem divulgados pelo COPOM, um dos três mais altos do mundo: 14,75% a.a e que, na colocação de títulos do Governo no mercado ultrapassam este valor.

Antes, uma explicação simples: O endividamento do Tesouro pode ocorrer da por meio da oferta de títulos públicos em leilões, pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta (com destinação específica). Este é o conceito de Dívida Mobiliária, isto é, títulos.

O aumento da dívida do Tesouro Nacional também pode ocorrer pela assinatura de contratos de empréstimo no exterior ou dentro do país. Nesses casos, o Tesouro toma empréstimo de uma instituição financeira ou de um

banco de fomento. A parte tomada no exterior conformará a dívida externa do Governo. A interna se somará ao valor da captação pela colocação dos títulos e definirá a dívida pública interna e esta, a interna que vem causando preocupações.

Vejam, pois, os números divulgados e suas implicações sociais:

Divida Mobiliária - Títulos .....R\$ 2,583 trilhões.

Custo anual à razão de 15% - ..... 387 bilhões (cerca de 15 vezes o orçamento anual do Bolsa Família I)

Os dados acima correspondem às informações oficiais do Governo, divulgadas nesta semana (29-05-2015) Maria Lucia Fatorelli, especialista no assunto, tendo já participado de duas renegociações internacionais de dívida pública, no Equador e na Grécia, responsável pelo site [www.auditoriacidada.com.br](http://www.auditoriacidada.com.br) apresenta dados muito mais preocupantes. Ei-los, evidenciando um gasto com juros e amortizações da dívida :de 42,42% do Orçamento Geral da União:



<b>DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA –</b>
<b>A soberania na corda bamba - filme completo</b>
O assunto dívida pública é censurado pela mídia mercantilista porque esta se alimenta do abjeto poder financeiro, constituído por abutres insaciáveis que devoram impiedosamente massas humanas em todo o mundo, gerando desemprego, fome e miséria. A abordagem desse assunto pelos órgãos de comunicação é parcial, distorcida e enganosa.
A Comunicação, sem qualquer escrúpulo com o seu fundamental papel para capacitar a população na tomada de decisões em benefício de todos, denomina a auditoria como calote, aceita e reforça o conceito de dívida líquida, subtraindo do valor real, bruto da nossa dívida, as reservas internacionais, que são aplicações do Brasil no exterior, a juros perto de zero.
Enquanto isso, pagamos juros acima da taxa SELIC, os maiores do mundo. É como subtrair de uma dívida com juros altíssimos o dinheiro parado dentro de um colchão.
A dívida total brasileira no ano de 2013 chegou ao valor aproximado de R\$ 4 trilhões; o pagamento de juros e amortizações alcançou R\$ 718 bilhões, o que corresponde a aproximadamente R\$ 2 bilhões por dia; esse desembolso anual representa 40% do orçamento da nação.
Este filme contribuirá muito para ajudar na conscientização do povo brasileiro, única forma de libertar o nosso país dessa submissão ilegal, injusta e odiosa.
<b>Direção, roteiro, câmera e entrevistas: Carlos Pronzato</b>
<b>Direção de Produção: Cristiane Paolinelli</b>
<b>Edição: Henrique Marques</b>
<b>Assistência de Direção/Pesquisa de imagens: Luiza Diniz</b>
<b>Ideia e argumento: Gisele Rodrigues</b>
<b>Assistência de produção/RJ: José Bernardes e Helena Reis</b>
<b>Assistência de produção/DF: Rodrigo Ávila</b>
<b>Assessoria de comunicação: Richardson Pontone</b>
<b>Produção: Instituto Rede Democrática/RJ, Núcleo RJ da Auditoria Cidadã da Dívida Pública e Sindipetro/RJ</b>
<b>Realização: La Mestiza Audiovisual</b>
<a href="https://www.youtube.com/watch?v=aFzke1cCwUg">https://www.youtube.com/watch?v=aFzke1cCwUg</a>

Quem recebe esses juros?

Os detentores dos referidos títulos. Dado difícil de se obter, mas eis, no quadro abaixo, um dado indicativo, quando em que esta dívida era R\$1,7 tri. Eventualmente, o aumento da SELIC, mantendo-se os juros do Tesouro Americano próximos de zero, tende a elevar a presença de capitais externos.

Bancos	31,47%
Fundos de investimento	25,3%
Fundos de previdência	15,4%
Investidores estrangeiros	11,37%
Total da dívida	R\$ 1,78 trilhão

Estes dados indicam dois tipos de detentores da Dívida Pública: Capitalistas rentistas e trabalhadores, estes através de aplicações de Fundos de Previdência, uma das mais importantes fontes de poupança da economia nacional e que controlam 15,4% do endividamento público. Os rentistas parasitários, em contrapartida, controlam a maior parte: 84,6%.

Quem seriam, enfim, estes rentistas detentores de títulos?

Tampouco há dados precisos a respeito. O economista Márcio Pochman, entretanto, ex Presidente do IPEA, órgão de estudos do Ministério do Planejamento, calcula que não passariam de 10.000 famílias, número muito inferior aos famosos 1% que controlam a riqueza global. Isto é, nosso 1% é muito menor. Como somos aproximadamente 200 milhões de brasileiros, este 1% seriam 2 milhões da “elite controladora”. Na verdade, nossa “elite”, cada vez mais rentista, isto é, que vive de rendas de suas propriedades e não da aplicação de seu capital em investimentos produtivos, é muito menor: Dificilmente passa de 0,01% da população...

Há, além da Dívida Mobiliária, acima indicada, a Dívida Contratual, decorrente de empréstimos contratados. Não são alarmantes. E ainda a DÍVIDA EXTERNA, a qual, embora amparada por um volume razoável de RESERVAS, que além da baixa remuneração implicam em custos financeiros, também acaba drenando valiosos recursos do Orçamento Federal. Muitos reclamam o uso destas reservas para alavancar o processo de desenvolvimento, mas este é outro assunto.

R\$ 121,28 bilhões - Dívida Externa por Empréstimos

R\$ 10,23 bilhões - Dívida Contratual

É esta situação que está na origem das recentes mudanças da Política Econômica de Dilma Roussef e que culminaram na nomeação de um tucano – Joaquim Levy – para o Ministério da Fazenda. Este vem, à muito custo, tentando implantar um programa de ajuste nas contas públicas, não sem a difícil aceitação dos políticos, inclusive do PT e grande parte da base aliada no Congresso que neles vê um claro retrocesso em direitos dos trabalhadores. Com isto, crise fiscal e crise política se realimentam e ninguém ainda sabe onde tudo isto vai parar.